

Escalas, territórios e o espaço metropolitano na Europa. O caso de Madri – Espanha

77

JEROEN KLINK

I. INTRODUÇÃO

Após um silêncio de décadas, testemunhamos, particularmente a partir dos anos 90 do século XX, uma retomada do debate sobre o papel das cidades-regiões e áreas metropolitanas no cenário de profundas transformações que marcam a economia e a sociedade. De acordo com os autores que pertencem ao campo do chamado urbanismo-industrial (Scott, 1998), ou da teoria de regulação (Boyer, 1990; Benko, 1996), a metrópole representa o *locus* do processo de reestruturação produtiva do fordismo rumo ao regime de acumulação mais flexível. Para Borja e Castells (1997), a cidade-região é a nova protagonista na articulação de projetos alternativos de desenvolvimento local à luz do esvaziamento do Estado-Nação após a crise do fordismo. Na tradição do chamado novo regionalismo (Klink, 2001; Brenner, 2003), a área metropolitana concentra a massa crítica e as economias de aglomeração – o que se reflete na presença da mão de obra especializada, nas redes de fornecedores e produtores especializados e no mercado consumidor exigente – que são insumos necessários para o *démarche* de uma trajetória virtuosa de aprendizagem e de inovação, base para as novas vantagens competitivas no atual estágio do capitalismo contemporâneo (Storper, 1997; OECD, 2001a). As próprias agências e os bancos de fomento conscientizaram-se acerca do papel estratégico das áreas metropolitanas e cidades-regiões como motor para o desenvolvimento nacional (IBRD, 2009).

Com raras exceções, esta retomada da agenda metropolitana caracterizou-se por um viés economicista, com pouco aprofundamento da análise dos entrelaçamentos entre a dinâmica econômica, a organização e intervenção territorial do Estado no espaço e a moldagem política dos próprios arranjos institucionais e escalas territoriais de poder (OECD, 2001b). Consequentemente, o debate tem sido marcado pela ênfase na engenharia institucional *stricto sensu* e pela avaliação da capacidade de os arranjos desencadearem bens públicos e sinergia entre atores públicos e privados (Garson, 2009). Não surpreende, portanto, que esta literatura tenha gerado um paradoxo: apesar de concentrarem uma parcela importante dos ativos econômicos e desafios socioespaciais de um país, as áreas metropolitanas, tanto nos países da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD), como nos chamados países (semi)emergentes, não contam com institucionalidades que apresentem legitimidade política e funcional e que possam nortear sua organização, gestão e financiamento rumo a uma maior sustentabilidade socioambiental (Bógus; Ribeiro, 2009; Magalhães, 2010).

Nesse artigo, procuramos avançar na compreensão deste paradoxo para o quadro europeu, e, a partir do referencial teórico de autores como Brenner (2004) e Pike e Tomaney (2009), que privilegiam as interdependências entre as dinâmicas econômicas, a reestruturação das formas de organização e intervenção territorial do Estado no espaço e a negociação (frequentemente contestada) da própria escala metropolitana. Argumentamos que o debate sobre as governanças metropolitanas na Europa não pode ser dissociado de uma transformação gradativa na forma de organização e atuação do Estado sobre o espaço na direção de um regime que privilegie a proliferação de arranjos e intervenções diferenciados, com participação intensa dos atores locais, e que procure a inserção competitiva de cidades e áreas metropolitanas na economia globalizada. No caso europeu, essa transição tende a agravar as contradições e instabilidades na produção do espaço metropolitano. Ilustramos tal raciocínio utilizando a experiência da região metropolitana de Madri, frequentemente apontada na literatura (neoinstitucional) como um arranjo relativamente forte, mas cuja trajetória recente mostra o agravamento das contradições na produção do espaço urbano-regional.

Após esta introdução, estruturamos o artigo em três seções. Na primeira, apresentamos o arcabouço teórico de Brenner (2004) sobre reescalamento e reestruturação de regimes de organização e intervenção do Estado na produção do espaço urbano-metropolitano. Em seguida, discutimos a experiência de Madri até 2007/2008, enquanto na conclusão exploramos algumas

hipóteses acerca dos argumentos apresentados para a agenda de pesquisa brasileira sobre a questão metropolitana.

2. FRAGMENTAÇÃO E O REGIME REESCALONADO E COMPETITIVO DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO

Uma literatura importante procurou avançar na análise dos entrelaçamentos das dinâmicas territoriais urbano-metropolitanas, das políticas públicas territoriais nas múltiplas escalas e da reestruturação da economia internacional a partir dos anos 70. Por exemplo, Harvey (1989) analisou a mudança do chamado regime urbano gerencial, de acordo com o qual os governos municipais limitavam-se à gestão de um conjunto pré-definido de serviços urbanos, para um estilo empreendedor de governança marcado pela busca consciente das cidades pela inserção na economia internacional. Swynedouw (1997) enfocou as dimensões escalares desse debate e elaborou o conceito de *glocalização*, a fim de enfatizar a natureza política contestada e interdependente das múltiplas escalas territoriais de poder.

Brenner (2004) fundamentou a reestruturação produtiva e territorial na Europa em uma análise mais geral sobre a transformação do que chama de regimes de políticas públicas territoriais a partir da década de 70. Seu principal argumento é que, a partir desse período, o regime keynesiano de organização e intervenção do Estado na produção do espaço, composto por projetos (a organização administrativa interna das políticas públicas territoriais) e estratégias (as intervenções efetivas do Estado na produção do espaço, especialmente mediante programas de investimento e modelos de regulação) evoluiu para um regime competitivo e reescalonado de organização e intervenção territorial do Estado. Os projetos e estratégias do regime keynesiano concentraram-se nos objetivos de redistribuição de ativos, renda e infraestrutura e na manutenção da coesão territorial na escala nacional, coordenados pelo Estado Nacional mediante intervenções e instituições relativamente homogêneas e centralizadas. As políticas reescalonadas e competitivas, no entanto, representam uma mudança para arranjos institucionais descentralizados, baseados em componentes customizados, com um papel proeminente das estratégias e intervenções territoriais em prol da competitividade urbano-regional.

A análise de Brenner, embora reconheça a maior proeminência das escalas subnacional e supranacional, não elimina a função do Estado-Nação; na realidade, a escala nacional continua moldando as estratégias regulatórias,

financeiras e territoriais que influem sobre a produção do espaço urbano. De acordo com este autor, o regime competitivo e reescalonado de organização e intervenção do Estado aumentou as instabilidades e disparidades inter-regionais nas economias nacionais e na economia espacial europeia, particularmente por meio da proliferação do empreendedorismo competitivo em nível local e metropolitano. O seu raciocínio também traz implicações para o debate sobre a questão metropolitana na Europa.

Em primeiro lugar, os arranjos institucionais metropolitanos não representam variáveis exógenas, mas estão imbricados num processo dinâmico de reestruturação produtiva e de transformação da organização e intervenção do Estado no território. Neste cenário, o arranjo institucional é moldado pelas forças sociopolíticas e econômicas, mas, ao mesmo tempo, emerge como uma arena contestada por diversos agentes e escalas. Mais concretamente, durante o *keynesianismo-espacial*, as regiões metropolitanas representavam a espinha dorsal e os polos (*Perrouvianos*) a partir dos quais se irradiava o crescimento para dar coesão às economias nacionais. Por meio de arranjos institucionais metropolitanos uniformes, buscava-se, a partir da escala nacional, garantir a eficiência coletiva e a economia de escala no planejamento e gestão dos serviços de interesse comum. Foi o período durante o qual foram criadas estruturas institucionais consolidadas como a área metropolitana portuária de *Rijnmond* (Roterdã, Holanda), o Conselho Metropolitano de Londres (*Greater London Council*) e arranjos correlatos em cidades como Manchester e Birmingham e os *compreensori* italianos, entre outros exemplos. Com a emergência de um regime reescalonado e competitivo, dos anos 70 em diante, presenciámos uma proliferação de arranjos localistas de planejamento e gestão do território (Harvey, 1989; Hall, 1995), e as institucionalidades *keynesianas-fordistas* passaram por uma crise de legitimidade ou foram simplesmente extintas.¹

Em segundo lugar, o reescalonamento e a reestruturação da organização e intervenção do Estado no espaço não devem ser analisados como processos lineares. Nesse sentido, a retomada da agenda metropolitana nos anos 90 representa senão uma resposta parcial – e contraditória – do Estado, induzida pela percepção dos efeitos colaterais negativos das disputas neolocalistas predatórias e generalizadas, associadas ao empresariamento urbano das décadas de 70 e 80. Nesse cenário, a governança metropolitana emerge como uma

1 Sendo exemplos mais emblemáticos a área *Rijnmond* e o Conselho Metropolitano de Londres.

estratégia institucional para melhorar a coordenação entre escalas e atores para respaldar as estratégias de competitividade regional na economia internacional. Entretanto, esta nova agenda metropolitana, construída em torno de um pacto da *cooperação para a competição*, tende a agravar as disparidades socioespaciais no espaço europeu como um todo (Brenner, 2004).²

Na seção seguinte, ilustramos – talvez pelo avesso³ – nosso argumento da construção (ou desconstrução) política da escala metropolitana, utilizando a experiência específica de Madri, frequentemente apontada como um arranjo metropolitano relativamente forte em função da (quase) coincidência territorial entre a chamada área funcional⁴ e a área administrativo-institucional. O caso espanhol também interessa pela possibilidade de verificar como referido processo de reescalonamento e empresariamento da organização e atuação territorial do Estado configura-se em um país com uma tradição de escalas regionais relativamente fortes (Prytherch; Huntoon, 2005). Argumentamos que, no caso geo-histórico específico de Madri, as transformações sintetizadas acima agravaram os conflitos entre a escala regional (a da *Comunidade Autónoma*) e a própria cidade-polo de Madri, esta última reivindicando maior parcela das atribuições, responsabilidades e recursos fiscais. O referido quadro tem gerado um conjunto de contradições e instabilidades na produção do espaço urbano-metropolitano.

3. ESCALAS E CONTESTAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO – A EXPERIÊNCIA MADRILENSE

3.1 O cenário institucional na Espanha

A organização político-institucional da Espanha segue uma estrutura quase-federativa, de acordo com a qual a constituição nacional garante a auto-

-
- 2 Brenner (2000) discute o cenário alemão a partir do conceito de Standort-Politik. Analisa a construção de novas governanças cooperativas em prol da competição “intermetropolitana” a partir dos fundos regionais. Para uma discussão das contradições no cenário inglês ver Pike e Tomaney (2009).
 - 3 Pois, não se trata aqui da reconstrução de uma escala metropolitana num contexto de neolocalismo, mas a contestação, por dentro e por meio de um empresariamento urbano da cidade-polo de um arranjo consolidado.
 - 4 Na metodologia da OECD, a área funcional é definida de acordo com o mapeamento dos movimentos pendulares (trabalho/estudo-casa) ou das interdependências econômicas nas principais cadeias produtivas (localização dos fornecedores e compradores, redes de assistência técnica, etc.) que se concentram no determinado território. (OECD, 2007).

nomia dos governos subnacionais (as chamadas Comunidades Autônomas e os governos locais), que possuem poder legislativo e executivo próprios. Referida estrutura institucional configurou-se a partir do período entre 1979 e 1982, com o fim da ditadura e o início do processo de redemocratização e descentralização (OECD, 2007).

Cabe lembrar que a estratégia de descentralização do *modo espanhol* consolidou a escala regional-provincial por meio da criação das Comunidades Autônomas (1979-1982), como arena privilegiada.⁵ Estas representam províncias ou governos regionais, com presidente e assembleia eleitos, e concentram mais força que os governos locais. Para ilustrar, as Comunidades Autônomas, no ano de 2005, concentraram 36,4% das despesas governamentais (principalmente em infraestrutura urbana, promoção do desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia, saúde e educação), enquanto a participação dos governos locais não superou 13% (OECD, 2007, p. 202). Ao mesmo tempo, as Comunidades concentram uma base tributária mais elástica do que a das cidades⁶; quase dois terços da receita do governo regional são compostos por uma participação (compartilhada com o governo central) nos impostos sobre a renda e o valor adicionado. As transferências do governo central para as Comunidades representam menos de 20% da receita total. A dependência dos governos locais em relação às transferências do governo central é maior – 39% da receita total dos governos locais espanhóis – enquanto a sua base tributária – principalmente composta por impostos sobre a propriedade imobiliária, o solo urbano e a construção civil – apresenta um perfil menos elástico.⁷

A partir dos anos 80, também impulsionado pelo relativo esgotamento do *keynesianismo-espacial*, que mencionamos anteriormente, e pelo protago-

5 Num primeiro momento, há um processo assimétrico de descentralização, com as comunidades autônomas do país Basco e a Comunidade Autônoma de Navarre assumindo uma gama maior de atribuições em relação às demais instituições regionais do país. Ao longo dos anos 90, a legislação nacional consolida um regime simétrico, definindo atribuições iguais para todas as 17 comunidades autônomas em áreas como infraestrutura urbano-metropolitana, desenvolvimento urbano, social e econômico (OCDE, 2007, p.197-198).

6 Uma base tributária é considerada elástica à medida que acompanha o volume das atividades econômicas.

7 Por exemplo, apesar de permitir correções anuais de acordo com um indexador (que frequentemente não acompanha o valor do mercado dos imóveis, o cadastro imobiliário, coordenado pelo governo nacional, é ajustado a cada 10 anos (OECD, 2007, p. 209). Muitas cidades, como a própria Madri, também utilizam a autonomia de ajustar as taxas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dentro dos limites estabelecidos pela legislação nacional.

nismo das cidades espanholas no cenário europeu, emergem novas demandas no sentido de aprofundar o processo de descentralização das regiões para a escala das cidades. Considerando os limites constitucionais para o governo central interferir diretamente nas atribuições das esferas subnacionais, criou-se, em 1993, uma legislação complexa referente aos chamados *pactos locais*, que estabeleceram os parâmetros para nortear uma negociação do processo de descentralização das Comunidades Autônomas para as cidades.

No caso de Madri, tal pacto ainda está em negociação, com base em uma legislação aprovada pela assembleia regional-estadual em 2003 e avança lentamente. O processo mostra-se também complexo à luz do *status* de capital da cidade.⁸ E, ao contrário de experiências mais bem conhecidas de reescalonamento e *empresariamento* da gestão local em cidades como Bilbao (no País Basco – ou Euskadi) e Valência (na *Comunitat Valenciana*), o caso madrilense mostra o acirramento de conflitos entre a cidade e a Comunidade Autônoma, particularmente em torno das políticas de desenvolvimento econômico local e de desenvolvimento urbano, cujos contornos e consequências para a produção do espaço urbano-metropolitano exploraremos na seção seguinte.⁹

3.2 Reestruturação da escala metropolitana em Madri¹⁰

A Comunidade Autônoma de Madri é composta por 179 municípios, com a cidade de Madri polarizando aproximadamente metade da população; enquanto em 2006 a cidade tinha 3.128.600 habitantes, a Comunidade Autônoma contava com pouco mais de seis milhões de habitantes.

Também em função do maior dinamismo econômico no período 1996-2004, quando o Produto Interno Bruto (PIB) nacional crescia a uma taxa geométrica anual de 3,3%, enquanto a região metropolitana registrava uma taxa de 3,7%, a metrópole de Madri estava entre as áreas da OECD que apresentavam as mais altas taxas de crescimento demográfico. No período 1977-

-
- 8 A “ley de capitalidade y de regimen especial de Madrid”, aprovada pelo parlamento nacional em 2006, descentraliza algumas (poucas) atribuições na área de infraestrutura, mobilidade e segurança da esfera regional-nacional para a cidade de Madri (OECD, 2007, p. 220).
 - 9 Prytherch e Huntoon (2005, p.45-48) analisam o papel do empresariamento regional das Comunidades Autônomas na construção do museu Guggenheim em Bilbao e da cidade de Artes e Ciências em Valência.
 - 10 A seguinte análise é baseada em entrevistas, trabalho de campo e pesquisa de fontes bibliográficas conduzidos na cidade de Madri no período entre abril e junho de 2007.

2005, a população cresceu com 1,5 milhão de habitantes, sendo que a maior parcela deste acréscimo concentrou-se no período mais recente, entre 1996 e 2005 (OECD, 2007, p. 32-33). Madri beneficiou-se do ingresso da Espanha na União Europeia, o que, de certa forma, ocorreu no auge do *keynesianismo-espacial do modo europeu*, marcado por uma engenharia político-institucional que procurava construir uma maior coesão socioespacial no continente europeu a partir das políticas regionais compensatórias, mediadas pelos fundos regionais da União Europeia. No ano de 2003, a região metropolitana de Madri apresentou o maior PIB *per capita* na Espanha (27.300 Euros, em 2003), cujo nível também estava 28,5% acima da média europeia no mesmo período (OECD, 2007, p. 43).

No atual cenário de reescalonamento e reestruturação do arranjo institucional- metropolitano, emerge também uma disputa entre a Comunidade e as cidades – principalmente a cidade-polo – em torno da política de desenvolvimento econômico local.

Na engenharia institucional do período pós-Franco, a coordenação da política de desenvolvimento econômico pertencia à Comunidade Autónoma¹¹. O chamado Instituto Madrilense para o Desenvolvimento (INMADE), criado no bojo do processo de descentralização como braço do departamento de desenvolvimento econômico e inovação, buscava aglutinar – de forma corporativista – os principais segmentos, como sindicatos de trabalhadores e associações empresariais, em prol de uma estratégia de modernização e reestruturação da economia regional. Atualmente, o INMADE atua na promoção de parques tecnológicos (em segmentos como aeroespacial, biotecnologia, ciências da vida e engenharia de materiais) e na provisão de infraestrutura e terrenos para arranjos produtivos locais, parques empresariais e centros logísticos. Entretanto, avaliações conduzidas pela associação empresarial junto aos membros revelam uma baixa apreciação da atuação desse instituto. Existe uma percepção de que o INMADE não foi capaz de estancar as perdas de emprego durante o auge do processo de reestruturação produtiva nos anos 90 (OECD, 2007).

A partir dos anos 90, a cidade de Madri desencadeou uma série de iniciativas para fomentar a sua economia urbana, sem muita articulação com a Comunidade Autónoma. A criação de uma agência de desenvolvimento eco-

11 No final dos anos 80, as Comunidades Autônomas concentravam 35% das despesas públicas, das quais 85% estavam voltadas para a promoção de desenvolvimento econômico. (OECD, 2007).

nômico, em 1995, com a missão de mobilizar um conjunto de serviços de apoio aos micros e pequenos empresários, simbolizou o novo protagonismo da cidade-polo. A agência criou incubadoras para reduzir a mortalidade das novas empresas¹², estruturou um Observatório Econômico para acompanhar e influir sobre as dinâmicas econômica e tecnológica e, em parceria com a associação empresarial e o clube de futebol *Real Madrid*, lançou uma estratégia de internacionalização da cidade para fomentar o turismo e atrair investimentos estrangeiros. Paralelamente aos programas desenvolvidos pela Comunidade Autônoma, lançou mão de uma política de ciência, tecnologia e inovação, direcionada principalmente para as novas tecnologias de comunicação e informação.

Além da cidade-polo, proliferaram-se iniciativas *desenvolvimentistas* na periferia da região metropolitana, com maior destaque para as cidades fordistas na zona sul, que passaram por um processo de reestruturação. Por exemplo, em 1989, a cidade de Getafe criou uma Agência de Desenvolvimento Econômico Local (Getafe Iniciativas), também sem envolvimento da Comunidade Autônoma.

A emergência deste regime *neolocalista* de promoção de desenvolvimento reforçou a fragmentação e a pulverização de iniciativas. Enquanto uma política de fomento à economia urbana e regional de aprendizagem e inovação implicou na articulação e na mobilização de agentes públicos, privados e acadêmicos rumo a um sistema local de inovação, a região metropolitana caracterizou-se pelas sobreposições de projetos, pela ausência de escala das iniciativas e pela fraca coordenação horizontal (entre cidades) e vertical (entre a Comunidade e as cidades) referente à política de ciência, tecnologia e inovação (OECD, 2007).

No que se refere à política de desenvolvimento urbano, verificamos também um aprofundamento das contradições e dos conflitos que tendem a fragilizar as bases sociopolíticas que substanciaram o pacto metropolitano pós-Franco.

Cabe primeiramente lembrar que o arranjo institucional metropolitano relativamente forte foi elemento propulsor das conquistas em áreas como mobilidade e transporte – este último marcado pela ampliação significativa das modalidades públicas (trem, ônibus e metrô). No período de 1984 a 2007, o metrô cresceu 6% ao ano, duplicando, efetivamente, a rede. Ao

12 Por exemplo, a Agência criou incubadoras no segmento de serviços sociais e no circuito da Moda.

mesmo tempo, a articulação interfederativa (governo central, regional e local), referente à construção de um consórcio público de transporte de Madri, representou passo importante para coordenar os macroinvestimentos em infraestrutura física e avançar com medidas estruturadoras como a integração física e tarifária.

Entretanto, uma alavancagem historicamente limitada do Estado (nas suas múltiplas escalas) sobre o mercado imobiliário – quadro agravado pela fraca articulação das políticas de uso e ocupação do solo entre a Comunidade Autônoma e as cidades metropolitanas – desafiou a estabilidade e sustentabilidade do pacto metropolitano em vigor no *keynesianismo-espacial*.

A dinâmica territorial urbano-regional no imediato pós-guerra mostrou um cenário de crescimento demográfico e de suburbanização desordenada para a periferia da região metropolitana, cujo processo foi também impulsionado pela política nacional de estímulo à casa própria por meio de hipotecas subsidiadas, sem coordenação das políticas de uso e ocupação do solo entre as cidades. O período caracterizou-se pela proliferação das favelas, dos cortiços e dos assentamentos precários sem presença de infraestrutura, e consolidou uma periferia com renda *per capita* menor, de perfil industrial-fordista, principalmente localizada na zona sul da região metropolitana.

No momento da redemocratização, a estratégia era proporcionar maior alavancagem sobre os mercados imobiliários especulativos, definindo a Comunidade Autônoma como órgão responsável pelos investimentos na macro infraestrutura e pela coordenação das políticas de uso e ocupação do solo, isto é, pela aprovação dos planos locais, e atribuindo às cidades a responsabilidade pela elaboração dos planos locais de uso do solo.

Referida articulação sistêmica entre a escala regional e local nunca se efetou e, gradativamente, esvaziou-se com a desestruturação do “velho” pacto metropolitano, gerando efeitos desestabilizadores sobre a produção do espaço metropolitano. Por exemplo, o primeiro plano municipal elaborado nesta sistemática, em 1985, o da cidade de Madri, já revelou os conflitos entre o governo regional e local e não se concretizou como mecanismo para efetivamente nortear as decisões dos atores locais (Walliser; Calejo, 2004)¹³. Consequentemente, apesar do renomado sistema de mobilidade urbana e regional, o padrão histórico de espraiamento desencadeou uma demanda de mobili-

13 Na realidade, o plano local transbordou o território do município e acabou tratando de temas relacionados com o uso e ocupação e ordenamento do solo na região metropolitana.

dade particular que nos últimos anos superou sistematicamente a utilização do transporte público.¹⁴ Além disso, bem antes da eclosão da crise do *sub-prime* de 2008, a baixa alavancagem do Estado, em geral, e a da escala regional e local, em particular, sobre os mercados de terra gerou um nível artificialmente alto dos preços imobiliários. Ainda em 2007, a OECD diagnosticava que o nível de preços imobiliários ameaçava a competitividade da economia espanhola, em geral, e a de Madri, em particular, assim como a capacidade da região metropolitana oferecer as condições para incluir um contingente crescente de imigrantes internacionais por meio de acesso à moradia com preços razoáveis (OECD, 2007, p.172-177).¹⁵

4. À GUIA DE CONCLUSÃO

A emergência de novas governanças urbano-metropolitanas na Europa não pode ser dissociada de uma leitura dos entrelaçamentos da reestruturação produtiva e das mudanças na organização e intervenção do Estado na produção do espaço. Nossa análise acerca de tais dinâmicas para o caso europeu apontou para a emergência de um regime *neolocalista* e competitivo de políticas públicas territoriais, no qual a agenda metropolitana – após a extinção das estruturas consolidadas dos anos 70 – reemerge como uma estratégia político-institucional, não em torno da construção de pactos nacionais de redistribuição, mas sim da melhor coordenação dos diversos interesses das cidades na busca por competitividade regional na economia internacional.

Utilizamos este arcabouço teórico para explorar as transformações econômicas e político-institucionais mais recentes no caso da cidade de Madri, que historicamente caracterizou-se pela presença de uma autoridade política metropolitana na forma da Comunidade Autônoma. Inferimos que a emergência de um regime reescalonado e competitivo gerou disputas escalares e contestação do antigo arranjo institucional metropolitano – pactuado no período pós-Franco – agravando as contradições na produção do espaço metropolitano.

14 No período 1996-2004, o crescimento do tráfego por meio particular superou o uso do transporte público (5% versus 3,7%, respectivamente).

15 O caráter especulativo do mercado de terras transparece também no diagnóstico (pré-crise) de vários autores espanhóis no sentido de que o desafio do sistema habitacional espanhol não era a construção, mas o acesso às casas. Por exemplo, apesar dos aumentos expressivos dos preços imobiliários, em 2005 a cidade de Madri possuía aproximadamente 254 mil unidades não ocupadas (Strasser, 2005, p. 5).

O raciocínio mencionado gera também implicações para a agenda metropolitana no Brasil. Mais particularmente, da nossa análise emerge a hipótese de que estratégias políticas exclusivamente pautadas pela engenharia institucional em prol da “boa governança metropolitana”, seja no formato de arranjos “estadualizados”, articulados pelos governos estaduais, seja na vertente do “municipalismo regionalizado”, por exemplo, via consórcios públicos intermunicipais, mas sem imbricação com as forças socioeconômicas e políticas que moldam o pacto federativo brasileiro, em geral, e o das áreas metropolitanas, em particular, deparar-se-ão com desafios no sentido de melhorar a organização, gestão e financiamento dos espaços da metrópole.

Jeroen Klink • Graduação e mestrado em Economia pela Universidade de Tilburg/Holanda e doutorado em Planejamento Urbano pela FAU-USP. Professor no curso de Economia e coordenador do Programa de Mestrado em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (Santo André, Grande São Paulo). Temas de pesquisa: economia urbana e regional, desenvolvimento e regimes de organização e intervenção territorial do Estado.

REFERÊNCIAS

- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BÓGUS, L.; RIBEIRO, L. C. de Q. *Apresentação Caderno Metrôpoles*. São Paulo, v. 11, n. 22, p. 293-298, 2009.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y Global*. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1997.
- BOYER, R. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.
- BRENNER, N. Metropolitan institutional reform and the rescaling of state space in contemporary Western Europe. *European Urban and Regional Studies*, v. 4, n. 10, p. 297-324, 2003.
- _____. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. New York: Oxford University Press, 2004.
- GARSON, S. *Regiões metropolitanas: por que não cooperam?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HARVEY, D. From Managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler*, n. 1, p. 3-17, 1989.
- INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT – IBRD – WORLD BANK. *World Development Report 2009*. Reshaping Economic Geography. Washington: The World Bank, 2009.
- KLINK, J. *A cidade-região*. Regionalismo e reestruturação no ABC Paulista. Rio de Janeiro: DPA, 2001.
- MAGALHÃES, F. *Regiões Metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2010.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Cities and regions in the new learning economy*. Paris: OECD, 2001a.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Cities for citizens: improving metropolitan governance*. Paris: OECD, 2001b.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD. *Territorial Review*: Madrid. Paris: OECD, 2007.
- PIKE, A.; TOMANEY, J. The state and uneven development: the governance of economic development in England in the post-devolution UK. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 4, n. 2, p. 13-34, 2009.
- PRYTHERCH, DL.; HUNTOON, L. Entrepreneurial regionalist planning in a rescaled Spain: The cases of Bilbao and Valencia, *GeoJournal* v. 62, p. 41-50, Jan. 2005.

- SCOTT, A. *Regions and the world economy*. New York: Oxford University Press, 1998.
- STORPER, M. *The regional world. Territorial development in a global economy*. New York /London: The Guilford Press, 1997.
- STRASSER, G. *Urban renewal in Madrid*: urban renewal issues an integrated component of overall urban development policy in Madrid. Research Project Funded by the Government of Vienna, Department 50, Vienna, 2005.
- SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale, in: COX, K. (Ed.). *Spaces of globalization*. New York: Guilford, p. 133-66, 1997.
- WALLISER, A.; CALLEJO, C. B. Urban outskirts in Madrid. In: DUBOIS-TAINE, Geneviève (Ed). *European cities: insights on outskirts*. Paris: Blanchard Printing, p. 267-282, 2004.